

Exmo. Senhor Presidente da CAM,

Deputado Pedro do Carmo

Assunto: *Audição conjunta com a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, e com caráter de urgência, do movimento “Juntos pelo Sudoeste”, da Associação de Beneficiários do Mira, da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a propósito da gestão da água da albufeira de Santa Clara, do corte do fornecimento a pequenos consumidores e do bloqueio da água pela Associação de Beneficiários do Mira que não garante o necessário caudal ecológico.*

A crescente escassez hídrica na albufeira de Santa Clara, em Odemira, levou ao corte do fornecimento de água a pequenos consumidores que se encontram fora do Perímetro de Rega do Mira, em Aljezur e Odemira. Também as explorações agrícolas que estão dentro do perímetro de rega, mas que não estão inscritas na campanha deste ano, ficam privadas da água da albufeira. Além disso, desde o mês de maio que não é garantido o caudal ecológico ao rio Mira, colocando em risco a biodiversidade que depende daquela água. Há já relatos do aparecimento de peixes mortos em troços secos do rio ou onde a água tem pouca profundidade.

A Associação de Beneficiários do Mira (ABM), entidade que gere os recursos hídricos da albufeira e que decidiu cortar a água aos pequenos produtores ditos “precários”, argumenta que estes beneficiários dispõem de alternativas. Esse não tem sido o entendimento das centenas de utentes que veem hoje em risco os seus pequenos negócios, pequenas hortas e criação de animais por falta da água de que usufruíram, e pagaram, durante décadas.

A Águas Públicas do Alentejo é a concessionária da utilização dos recursos hídricos da albufeira de Santa Clara para o abastecimento público. Para a captação de água para rega, a concessão foi atribuída, em 2011, à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). No entanto, o contrato de concessão da DGADR foi posteriormente outorgado à ABM, tendo sido também concessionada a esta entidade a produção de energia hidroelétrica no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira.

Segundo informação do Serviço Nacional de Informação de Recursos Hídricos, a albufeira de Santa Clara encontrava-se a 49 por cento da sua capacidade máxima em 14 de junho. Ou seja, contava com apenas 235 milhões de metros cúbicos de água ainda antes do início do Verão. Este volume está já abaixo da capacidade útil da albufeira que é de 240,3 milhões de metros cúbicos, levando à instalação de bombas para fazer subir a água para abastecer o Perímetro de Rega do Mira.

Na albufeira, são captados anualmente 2,5 milhões de metros cúbicos de água para abastecimento público, o que contrasta com os cerca de 33,8 milhões de metros cúbicos para a campanha de rega. O volume captado para as explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Mira é já cerca de 14 vezes superior ao captado para abastecimento público. Mesmo assim, as novas explorações agrícolas em regime intensivo, protegidas por estufas, estufins e túneis, ou a céu aberto, não param de crescer em número e em área. Estas explorações são responsáveis pela extração de volumes crescentes de água numa das regiões do país onde a escassez hídrica é das mais acentuadas – uma tendência que se tem agravado em resultado dos efeitos da crise climática.

A Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha contactou a ABM a respeito da ausência de caudal ecológico causada pelo bloqueio das descargas de água para o rio. Em resposta, a Associação disse que “não eram obrigados a garantir o caudal ecológico”, uma afirmação contrariada pela Agência Portuguesa do Ambiente que assegura que “a ABM não pode retirar a água ao rio”. A autarquia pediu também à ABM uma estimativa dos custos da água a disponibilizar entre 15 de junho e 15 de setembro para o espelho de água que serve a população da freguesia que se encontra a quatro quilómetros da albufeira, tendo a ABM referido que assegurava a água solicitada a troco de 13.738 euros, mais IVA.

A violação do direito de acesso a um bem essencial como água, perpetrada pela ABM, merece o repúdio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que exige a reposição do fornecimento da água aos pequenos consumidores, bem como a restituição do caudal

ecológico ao rio Mira. A expansão da agricultura intensiva agrava-se no Perímetro de Rega do Mira, delapidando os recursos hídricos da região e pondo em risco tanto o acesso dos pequenos consumidores à água, como a sobrevivência da fauna e da flora que dependem do caudal ecológico libertado pela albufeira de Santa Clara.

No sentido de esta Comissão e a Assembleia da República verem esclarecida a situação dos recursos hídricos da albufeira de Santa Clara, o corte do fornecimento a pequenos consumidores e o bloqueio da água pela ABM que não garante o necessário caudal ecológico, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, **requerer a audição conjunta com a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, e com carácter de urgência, do movimento “Juntos pelo Sudoeste”, da Associação de Beneficiários do Mira, da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.**

Assembleia da República, 23 de junho de 2021

As deputadas e os deputados,

Maria Manuel Rola,

Ricardo Vicente,

Fabíola Cardoso,

Nelson Peralta